

O MINISTÉRIO PÚBLICO E O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES NO BRASIL

LUIZ AUGUSTO DE SANTANA

Promotor de Justiça na Bahia, titular da Promotoria de Justiça Militar Estadual, professor assistente na cadeira de Direito Penal e Processual Penal Militar na Academia da Polícia Militar do Bonfim, professor convidado na cadeira de Direito Institucional na Escola Superior do Ministério Público da Bahia e, palestrante no Curso de Extensão Latu Sensu do Fórum, Altos Estudos Jurídicos, na Bahia.

A ESTRUTURA DOS PODERES

As Constituições, na sempre abalizada lição de José Afonso da Silva, *têm por objeto estabelecer a estrutura do Estado, a organização de seus órgãos, o modo de aquisição do poder e a forma de seu exercício, limites de sua atuação, assegurar os direitos e garantias dos indivíduos, fixar o regime político e disciplinar os fins sócio-econômicos do Estado, bem como os fundamentos dos direitos sociais.*¹ Destarte, a atual Constituição da República Federativa do Brasil, trazendo um novo e avançado arcabouço jurídico, disciplinou e organizou metodicamente o Estado Brasileiro, estruturando política e administrativamente o país. Para tanto, sistematizou as normas inerentes a essa organização, em função da conexão do conteúdo que as vincula, em *títulos, capítulos, seções e subseções* específicos, tratando dos órgãos estatais em compartimentos estanques e hierarquicamente

¹ O autor, in *Curso de Direito Constitucional Positivo*, 10ª ed., 1995, Ed. Revista dos Tribunais.

dispostos. Dessa forma, ao cuidar da *Organização dos Poderes*, abre *título* específico (Título IV), distribuindo cada Poder em *capítulo* próprio com *seções* e *subseções* tratando dos respectivos órgãos, suas organizações, competências e limites de atuação, disciplinando a forma de acesso aos seus quadros, dispondo sobre as vedações aos integrantes, e outros. Destarte, ao cuidar do Poder Judiciário, o terceiro Poder da União, abre-lhe a Constituição um *capítulo* (Capítulo III), com cada *seção* tratando individualmente dos órgãos que o formam, a saber: *Supremo Tribunal Federal* (STF), *Superior Tribunal de Justiça* (STJ), *Tribunais Regionais Federais* (TRFs) e *Juizes Federais, Tribunais e Juizes do Trabalho* (TST e TRTs); *Tribunais e Juizes Eleitorais* (TSE e TREs), *Tribunais e Juizes Militares* (STM) e *Tribunais e Juizes dos Estados e do Distrito Federal* (TJs). Não há no *capítulo* em análise qualquer *seção* ou *subseção* falando de outro órgão senão os supra mencionados. *Mutadis, mutandis*, fato idêntico ocorre com os demais Poderes (Legislativo e Executivo). Por conseguinte, indubitado é o fato de que, desejasse o constituinte pátrio dar ao a qualquer Poder um órgão *auxiliar*, tê-lo-ia feito expressamente, estruturando-o no *capítulo* inerente ao respectivo Poder, por ser princípio comezinho em direito, não haver norma constitucional incompleta.

OS PODERES DO ESTADO E O MINISTÉRIO PÚBLICO

Quanto ao *Ministério Público*, pela peculiaridade como a Constituição Federal o organizou, garantindo-lhe independência funcional e administrativa e poderes para elaborar sua proposta orçamentária, uma singular e relativa independência financeira, dando a seus membros garantias para o exercício de suas funções institucionais idênticas às da magistratura, outorgando à chefia do órgão a iniciativa de leis do interesse da instituição, pode até ter dado ao órgão fisionomia e estrutura de Poder mas, inquestionavelmente, não é nem poderia ser o *quarto Poder*, porque, para tanto, lhe falta vocação, como, também, não é e nem pode ser considerado *órgão auxiliar* desse ou daquele Poder, especialmente do Judiciário, junto ao qual, simplesmente oficia,

sem ser-lhe, contudo, apêndice, pela independência absoluta funcional e administrativa que goza. Os Poderes da União, estão expressos no Art. 2º da Carta de 1988, a saber: *Legislativo, Executivo e Judiciário*, não deixando a Constituição, margem a que intérpretes mais afoitos pudessem admitir a existência de um outro Poder. Assim, num trabalho de hermenêutica, voltado a investigar a verdadeira vontade do legislador constituinte na Carta de 1988, interpretando-se de forma sistemática o texto que cuida da matéria (os Poderes e o Ministério Público), conclui-se que o fato de estar o órgão integrando o *título* que organiza os Poderes (título IV), mas organizado em *capítulo* (Capítulo IV) distinto e do mesmo nível hierárquico dos demais, na verdade, constitui-se demonstração inequívoca da independência e da autonomia que quis o legislador constituinte dar a Instituição, reservando-lhe, ao lado da Advocacia, o papel de *Função essencial à Justiça*, não significando com isso que pretendeu o legislador constituinte dar-lhe nível de Poder mas, sim, criar-lhe força e independência suficientes para o cumprimento das importantes missões institucionais que lhe seriam adstritas, como a promoção da Justiça, a fiscalização da lei, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, daí a sua *essencialidade*, seja como parte, seja na função *custus legis*, dê que haja interesse público, direitos difusos, indisponíveis, coletivos ou de incapaz a ser defendido ou preservado, não havendo Justiça possível nesses campos sem a sua intervenção, exatamente por ser o Judiciário, por natureza, órgão inerte, dependente de provocação.

AS AGRESSÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO

Como ensina Mazzilli², *hodiernamente, o campo de atuação do Ministério Público, é assaz diversificado*. Com poderes investigatórios, seja na esfera cível para apurar danos ao patrimônio público, ao meio ambiente ou atos de improbidade administrativa; seja na esfera criminal, requisitando inquérito ou

² Hugo Nigro Mazzilli, *Regime Jurídico do Ministério Público*, Ed. Saraiva, ed. 1993.

investigando diretamente infrações penais para promover em juízo a responsabilização de seus autores; seja no controle externo dos atos policiais; seja na fiscalização das fundações ou de instituições filantrópicas e educacionais; seja agindo na proteção da família, do idoso, da criança e do adolescente, do deficiente físico, do indígena, do consumidor, enfim, da cidadania, está o *Ministério Público* na linha de frente, com seus membros agindo sem transigir ou prevaricar, sempre em nome da Justiça, da lei e da ordem e, a serviço do seu maior cliente, seu único patrão, a sociedade, servindo de alvo para aqueles que, coarctados nos seus interesses mesquinhos, injustos e ilegais, buscam o caminho do *ataque sem causa*, que já se tornaram rotina odiosa a merecer resposta à altura e na mesma medida, antes que a cidadania perca a única defesa que lhe resta. Pode-se citar inúmeros atentados a membros da corporação, no sentido de calar sua voz independente ou intimidar sua ação corajosa na exigência do cumprimento e do respeito à lei. O rosário seria longo e cansativo. Indiscutivelmente, contudo, não se pode olvidar que tais ataques são resultantes de *excesso de autoritarismo, falta de preparo e de equilíbrio para o exercício de determinados cargos e funções, espírito de emulação, objetivos inconfessáveis em detrimento dos interesses maiores da sociedade*, e outros. O problema principal, porém, é que não basta explicar origens ou causas. Insta combatê-los com eficiência e gravidade, porque, de ameaça em ameaça, de ofensa em ofensa, de agressão em agressão, está se fazendo *escola de combate ao Ministério Público* no país, tornando-se comportamento rotineiro e estratégia de defesa inculcar medo ou tentar ofuscar o trabalho altivo e desassombrado de seus membros.

Desde o seu surgimento no Brasil, tem o *Ministério Público* crescido em resposta às exigências históricas, passando do simples *advogado do rei* de outrora, a ser o *defensor maior da sociedade* de hoje. Entretanto, num país onde os estamentos sociais ocupam camadas tão distantes, onde a distribuição da renda e da riqueza é tão desigual; onde a justiça social não passa de promessas de palanques; um país combalido, vilipendiado, menosprezado e desassistido ao extremo, especialmente por quem, investidos (ou se investem) no poder, locupletam-se da coisa pública e do erário,

quando deveriam administrá-los com dedicação extrema, zelo, probidade e competência; país que resiste à erradicação na Administração Pública do nepotismo, da corrupção, dos desmandos, da burocracia injusta e imoral para justificar verdadeiros *cabides de emprego*; onde prefeitos e vereadores manipulam politicamente *cestas básicas* destinadas a *miseráveis da seca* que assola o sertão nordestino; onde administradores públicos, fazem do erário sua conta particular, dos bens públicos ou patrimônio pessoal e da administração, sua empresa privada, onde se falsifica remédios, onde os golpes contra o consumidor se sucedem em escala geométrica, onde a Justiça não atende aos reclamos dos necessitados que a ela recorre, porque sem condições de custear sua máquina lenta, pesada e cara, ser defensor da sociedade de um país como este é tarefa para titãs, que incomoda e muito, razão porque, os detratores dela são os mesmos do seu guardião maior. Apesar disso, entretanto, com a abnegação e a coragem de membros vocacionados, está o Ministério Público vencendo os óbices que lhes são postos, submetendo-se no seu atuar funcional unicamente à vontade da lei, sem dar satisfações a qualquer Poder ou órgão dos seus atos, sem descuidarem os Promotores e Procuradores, contudo, da *subordinação administrativa* à administração superior da Instituição, e somente a ela. Com trabalho sério, estão esses dedicados integrantes da Instituição fazendo do *Ministério Público* o órgão forte e independente que a sociedade precisa, mas ainda não o suficiente para atender aos seus reclamos na defesa dos seus interesses e direitos maiores, malgrado as tentativas de retrocesso das quais tem sido vítima e dos ataques que tem sofrido.

O PARECER DO DR. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Lamentavelmente, entretanto, esses ataques não estão vindo unicamente de *párias ou descontraídos*. Surgem, também, para preocupação maior, de *cabeças iluminadas* do mundo jurídico nacional que, no exercício da advocacia privada ou em consultorias, como estratégia de trabalho, têm batido forte no

Parquet. Nesse particular, vale comentar a assessoria do Prof. Ives Gandra da Silva Martins³ à Câmara de Vereadores de Guarujá, São Paulo, que inconformada por ter o provável vigilante e atuante Promotor de Justiça daquela Comarca, instaurado *Inquérito Civil* para apurar atos de *improbidade administrativa* dos membros daquela Casa Legislativa Municipal que, no seu entender, demonstrando casuísmo, votaram uma lei municipal, em tese, *nociva* ao patrimônio público, tornando *permissionários de uso* de área de preservação ambiental particulares moradores de um condomínio residencial na área, buscou seus serviços.⁴ Assim é que, no judicioso parecer que deu, além de estranhamente tachar o *membro do Ministério Público* em Guarujá de *birrento e perseguidor*, disse o professor em questão, que *o ato do Promotor invade esfera de atribuição de um Poder* fato, segundo entendimento exclusivo dele, professor, vedado ao Ministério Público, por não ser Poder. Quanto às *birras e perseguições*, nada a comentar, por não se tratar o presente boquejo de defesa do Promotor de Justiça referido, por sequer conhecê-lo o autor, nada sabendo sobre sua conduta pessoal e funcional. Na verdade, defende-se é a justeza e a legalidade do seu ato, enquanto membro da Instituição, como um todo. Por isso e não por outros motivos, neste caso, em particular, o que assusta, e muito, não é o conteúdo do parecer em discussão, por se tratar de convencimento pessoal, doutrina. É, sobretudo, a autoridade do autor que o subscreveu, muito bem conhecido de todos que militar na área do Direito, especialmente Tributário, Administrativo ou Constitucional.

Na consulta, o Prof. Ives Gandra, respondendo a interrogos como, *é possível no regime constitucional pátrio a responsabilização por ato de improbidade de parlamentares em função da aprovação de lei considerada, a juízo do Ministério Público, inconstitucional?; podem os vereadores, considerando o constrangimento inerente à instauração de inquérito civil com vistas à sua responsabilização por ato de improbidade, ajuizar*

³ Ives Gandra da Silva Martins, professor emérito da Universidade Mackenzie.

⁴ Publicada na Revista nº 22 do Instituto de Pesquisas e Estudos da ITE - Instituição Toledo de Ensino, Bauru/SP.

mandado de segurança postulando o trancamento de tal procedimento preparatório?, estranha e inexplicavelmente, *ataca a independência funcional do Ministério Público, tacha-o de órgão auxiliar do Poder Judiciário(sic)*; cria imunidades para vereadores tais quais as dadas aos parlamentares da União, Estados e Distrito Federal; diz que um Promotor de Justiça não têm poder para convocar vereador a prestar declarações em procedimento administrativo que instaurar; fala na necessidade de licença da Câmara para que vereadores sejam processados, mesmo que acusados de crimes; afirma que o Ministério Público, por não ser Poder, não pode exercer o controle dos atos da Administração, porque fere a independência dos Poderes a sua intervenção; que não tem o Ministério Público competência e muito menos força, para considerar ímprobo legislador que tiver produzido *lei que não lhe agrade* (grifo). Por fim, conclui, afirmando ser aplicável também ao Ministério Público as hipóteses de responsabilizações, em *direito de regresso*, incisas no Art. 37, § 6º da CF 1988.

Com esse pensamento, além de pecha de *auxiliar* de Poder que dá ao *Ministério Público*, coloca o professor a Instituição no mesmo patamar dos órgãos administrativos em geral, omitindo a qualidade de *agentes políticos* que têm os membros da Instituição, mesmo que sem *investidura a termo certo*, mas, sobretudo, pela independência no atuar funcional, qualidade inexistente em qualquer outro servidor público, exceto os magistrados; sem subordinação administrativa a qualquer Poder ou órgão estranho. Concluindo, por fim, a incompreensível matéria, afirma que *o Ministério Público invade competência que não tem, ao tentar configurar como ato de improbidade, o exercício legítimo da produção de leis e, ao invadi-la de forma desairosa* (grifos do autor), *corre risco de vir a ser responsabilizado pela Câmara, por entrar suas funções, interferindo na independência do Poder, cabendo, ainda, a impetração de mandado de segurança para assegurar o poder legítimo de legislar e habeas corpus, para evitar constrangimentos em face da violação de direitos e prerrogativas líquidos e certos de cada vereador, caso o Procurador-geral mantenha a instauração do Inquérito Civil*. Pena. Laborou em lamentável equívoco o ínclito e festejado

mestre, porque, pela sua autoridade na matéria, não lhe é adstrito desconhecer (ou esquecer) as *funções institucionais do Ministério Público*, entre tantas outras, a *guarda da ordem jurídica democrática e o zelo pelo patrimônio público e social*, sendo alguns dos seus instrumentos de ação, o *inquérito civil e a ação civil pública*. Por fim, não se entende o posicionamento do professor Ives Gandra, ao apontar como ato nefasto e intromissor o Inquérito Civil instaurado pelo Promotor de Justiça de Guarujá, a princípio, correto, porque para fazê-lo, bastava-lhe a representação ou notícia da prática do ato ilegítimo ou ilegal, lesivo ao patrimônio público ou aos interesses maiores da sociedade, apesar de desconhecidos pelo autor, os fatos que o justificaram.

Contudo, não ficou só por aí o nobre mestre, criando para vereadores *imunidades* tais quais deputados e senadores, impondo necessidade de licença das Câmaras para que sejam processados junto ao Poder Judiciário, mesmo que acusados de prática de crimes(sic). Esse magistério do Dr. Ives Gandra, *permissa vênia*, vem em hora totalmente inoportuna, estando o mestre, inexplicavelmente, navegando na contramão da história jurídica nacional, com todo respeito, um desserviço quando, hodiernamente, busca-se rever as *imunidades* ilimitadas de que gozam os parlamentares, para que sejam responsabilizados penalmente pelos atos delituosos que praticarem fora do exercício da atividade parlamentar. Logicamente que somente aos doutos, no mínimo, do nível do Dr. Ives Gandra, pode-se dar o título de *intérpretes autorizados da Constituição*. Contudo, não se consegue entender porque *cargas d'água*, como falam os sertanejos do meu Nordeste, a Constituição Federal, quando cuida dos Municípios, afirma que *gozam os vereadores de inviolabilidade*, acrescentando que *por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município*⁵, enquanto que os deputados e senadores, gozam de *imunidades*, considerando que, *desde a expedição do diploma, não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem*

⁵ CF 1988, art. 29, inc. VIII.

*processados criminalmente, sem prévia licença de Casa do Congresso Nacional à qual pertencerem.*⁶ *Imunidade e Inviolabilidade* são sinônimos? Por que o constituinte pátrio, se desejava, como entende o Dr. Ives Gandra, dar aos vereadores garantias e privilégios idênticos aos dados aos demais parlamentares, não o fez expressamente? Precisa-se esclarecer. A propósito de tais colocações, nunca é despidendo lembrar a lição de Celso Bastos⁷, que ao lado do professor em questão, editou a obra *Comentários à Constituição do Brasil*. Diz ele: *As constituições não são conglomerados caóticos e desestruturados de normas que guardam entre si o mesmo grau de importância. Pelo contrário, elas se afiguram estruturadas num todo, sem embargo de manter a sua unidade hierárquico-administrativa. Leciona, ainda, que, na interpretação do texto constitucional, existem alguns princípios de obediência obrigatória e, o primeiro deles é a unidade da Constituição, sendo necessário que o intérprete procure as recíprocas implicações de preceitos e princípios, até chegar a uma vontade unitária na Constituição, evitando contradições, antagonismos e antinomias.* Será por aí?

A ILEGALIDADE DO ATO, O INQUÉRITO CIVIL E A AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Quanto a instauração do Inquérito Civil por Promotor de Justiça para apurar possível prática de *improbidade* por membros do Poder Legislativo (ou Executivo) Municipal, com vista a instauração de Ação Civil Pública para anular o ato e responsabilizar seus mentores, entende-se corretíssimo o caminho escolhido. Fato idêntico já ocorreu na Bahia, quando um prefeito municipal, por decreto, promoveu concessões a particulares de áreas de um loteamento destinadas a preservação ambiental e, a solução encontrada, tal e qual, foi a via da Ação Civil Pública para proteção do patrimônio público e do meio ambiente. O prefeito cancelou os decretos antes da sentença. Veja-se, a propósito, o

⁶ CF 1988, art. 53, § 1º.

⁷ Celso Ribeiro Bastos, in *Comentários à CF de 1988*, v. 1, 1ª ed. 1988, Ed. Saraiva, p. 339/340.

magistério de Marino Pazzaglini, Márcio Fernando Rosa e Waldo Fazzio Júnior, sobre o assunto:⁸

O Inquérito Civil é um procedimento administrativo investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, para apurar atos de improbidade e demais fatos lesivos a interesse público, difuso ou coletivo, objetivando a coleta de elementos probatórios suficientes para, uma vez confirmada a ocorrência daquelas condutas irregulares, subsidiar a propositura de ação civil pública.

Certo é que, como defendem os autores, "o primeiro e soberano fiscal da Administração Pública é o próprio administrado, porque a coisa pública sempre é gerenciada em seu nome e, sendo o povo, o detentor do poder original que cede por representação, tem o direito de syndicar e pleitear a preservação dos bens e direitos que lhe pertencem. O caminho apontado pela Constituição ao cidadão, seria a Ação Popular. Entretanto, se bem que a Carta Magna e as leis ordinárias lhe defiram vasta gama de possibilidades fiscalizatórias, o povo se defronta com extrema dificuldade para concretizá-las, reduzindo-se a um componente topológico do Estado, isto é, um espectador impotente de acontecimentos ilegais, primeiro, porque a acessibilidade ao Poder Judiciário, não é tão ampla; depois, porque o processo não é simples, demandando aptidão técnica, redundando, por esses óbices, em insucesso as *ações populares*, assim como, pela escassez de comprovação técnica das irregularidades que intentam debelar, ou por assistência jurídica deficiente, razão maior de Ter o constituinte entregue ao Ministério Público a missão de resguardar a ordem jurídica democrática. Contudo, como alertam, é preciso muita cautela e ponderação na utilização da *ação civil pública* e do *inquérito civil*, para que não se incorra, eventualmente, numa ingerência indevida (até inconstitucional) na esfera reservada de competência dos Poderes do Estado, exatamente pela largueza do conceito de *improbidade administrativa* que, reunidas no caso concreto, muitas vezes dificultam o descortino da legitimidade da

⁸ Os autores, in *Improbidade Administrativa, Aspectos Jurídicos da Defesa do Patrimônio Público*, p. 141, ed. 1996, Ed Atlas, SP.

atuação ministerial. A cautela evitará, por conseguinte, o desprestígio deste instituto, seja pelo uso vulgar, seja pelo uso abusivo, apesar de se saber, ser tarefa tormentosa que aparece diuturnamente na atividade ministerial, o correto enquadramento de certos fatos ilícitos que possam ser conceituados como de *improbidade*, nem sempre possibilitando, em primeira análise, a conclusão segura sobre a legitimidade para agir." Porém, se um legislador, seja de que nível for, não preserva a integridade material, legal e moral da norma que cria, tornando-a lesiva aos interesses sociais e ao princípio da legalidade, "pedra de toque" do Estado de Direito, cabe ao *fiscal da Lei* e guardião dos princípios constitucionais, junto ao Poder Judiciário, buscar a declaração da imprestabilidade da norma viciada, assim como, a responsabilização legal dos seus mentores. O que diz o sempre lembrado Hely Lopes Meirelles⁹ sobre a *invalidade dos atos legislativos*:

As leis e decretos de efeitos concretos, podem ser invalidados em procedimentos comuns, em mandado de segurança, ou em ação popular, porque já trazem em si os resultados negativos objetivados. O processo legislativo, tendo atualmente contorno constitucional, tornou-se passível de controle judicial, para resguardo da legalidade de sua tramitação e legitimidade da elaboração da lei.

Claro está, como lembra o mestre, que "o Judiciário não pode adentrar o mérito das deliberações de qualquer outro Poder, nem, tampouco, perquirir as opções políticas que conduziram à aprovação ou rejeição dos projetos, proposições ou vetos no *processo legislativo*. Contudo, pode e deve - quando se argüi lesão de direito individual - verificar se o *processo legislativo* foi atendido em sua plenitude, inclusive na tramitação regimental". Para o saudoso mestre, *desvio de finalidade ou de poder é a violação ideológica da lei, ou, por outras palavras, a violação moral da lei*, concluindo que, *deparando com infringência à Constituição, à lei ou ao regimento, compete ao Judiciário anular*

⁹ In *Direito Administrativo Brasileiro*, 12 ed. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1986, p. 611.

a deliberação ilegal do legislativo para que outra se produza em forma legal. A questão da ilegalidade dos atos legislativos, ainda é debatida pelo Des. Paulo Barbosa de Campo Júnior.¹⁰ Diz ele, transcrevendo v. acórdão da 1ª Câmara Cível do TJ/SP:

Pode haver atos materialmente legislativos, mas ainda assim lesivos do patrimônio público. Suponha-se uma lei que contravenha ao princípio constitucional da igualdade de todos perante a ordem jurídica, estabelecendo desigual tratamento para contribuintes da mesma classe, categoria ou condição. Suponha-se ainda - exemplo que melhor se acentua a vexata quaestio um diploma legislativo que conceda isenções fiscais sem atender a quaisquer requisitos, mas por mero arbítrio ou favoritismo. Nesses dois casos, haverão atos legislativos no sentido material da expressão, mas atos legislativos nulos, porque contrários a preceitos ou princípios constitucionais.

(Ap. Cível nº 102.125, 1ª Câmara Civil TJ/SP. rel. Juarez Bezerra, j. 21-2-61, RDA 69/241).

A CONCLUSÃO

Razões para preocupações? Por que não? O subscritor da matéria em comento não é um qualquer. Trata-se de, nacional e internacionalmente, respeitado jurista no mundo jurídico e na comunidade acadêmica, além de recomendado doutrinador nas áreas do Direito Constitucional, Administrativo e Tributário, valendo a pena, por isso mesmo, meditar-se sobre o que prega o professor Ives Gandra Martins, particularmente em tempos de *mudanças e reformas*, quando muitos, insatisfeitos com as ações do *Ministério Público* contrárias a interesses pessoais seus ou de grupos que lhes dão sustentação no poder, com capacidade de mexer ou de influenciar modificações na *Carta Magna*, tentam, por manobras inconfessáveis, impingir um retrocesso

¹⁰

O autor em *A Ação Popular Constitucional*, Revista de Direito Administrativo, v. 38, p. 10.

perigosíssimo para a independência e a estabilidade necessárias ao exercício funcional dos seus membros e à própria Instituição, havendo, inclusive, proposição de emendas que lhes tiram garantias e poderes, como o próprio Inquérito Civil, criando limitações que transmudam-se em subordinações odiosas, especialmente pela defendida possibilidade de serem responsabilizados por atos que, no exercício do cargo, tragam prejuízos ao Estado, ou às partes. Há que se meditar e muito sobre que Ministério Público precisa e quer a sociedade brasileira, porque, da estabilidade e da independência do órgão, está a Justiça que lhe será prestada. A vigorar a tese defendida pelo professor Ives Gandra, a instituição deixará de existir ou, no mínimo, ficará tão enfraquecida que perderá substância, e por conseguinte, importância, vez que esvaziada estará a sua essência que é atuar na defesa da lei, do Direito, da Justiça e da sociedade, exigindo de quem deve, seriedade e probidade na administração do patrimônio público e do erário. O posicionamento defendido pelo Dr. Ives Gandra, poderia até ser realidade na Dinamarca, porque em primeiro lugar na lista dos países com menor grau de corrupção no mundo, ou em outro país civilizado qualquer, onde existe respeito às leis, independente da coerção. Mas no Brasil! É caso Para meditação.

Lógico que Promotores, Procuradores ou magistrados, como servidores públicos *latu sensu*, não podem ser intocáveis, irresponsáveis no exercício do cargo, como eram os reis, porque em um Estado Democrático de Direito, ninguém pode estar acima da lei. Todavia, também não podem ser jogadas na vala comum dos que atuam sob subordinação ou por delegação. Ademais, para controlá-los, responsabilizá-los, possuem as respectivas Instituições, tanto o *Ministério Público* quanto o Judiciário, seus organismos de controle internos, que são as Corregedorias-Gerais. Basta que abandonem o *corporativismo prejudicial* e funcionem, usando de mecanismos sérios e imunes a manobras políticas, sejam internas ou externas, para serem capazes de separar o joio do trigo e punir os comprovadamente venais, que se servem sem servir. Todos são controlados. Juiz, Promotor. Constantemente são fiscalizados e cobrados por recursos, reclamações, pedido de

correições e, até representações, bastando que se apure os fatos com seriedade e imparcialidade. Assim, quem sabe, um dia a Justiça, poderá vir a ser o que pedia o saudoso Gonzaguinha, *remédio essencial para levantar nossa moral*. Caso contrário, com controles políticos externos, limitados, perdendo poderes e autonomia, correndo seus integrantes riscos de responsabilização civil e penal, particularmente pela ostensiva manipulação política da Administração e dos Poderes, como, *verbi gratia*, a nomeação de Procuradores-Gerais, dos ministros dos Tribunais superiores e a promoção de desembargadores do quinto constitucional, certamente, promotores deixarão de atuar, principalmente quando o detrator da lei for correligionário de um desses "donos de tudo", infelizmente ainda comum nos tempos atuais e, juizes, ministros e desembargadores, preocupados com a repercussão de suas decisões, omitir-se-ão em sentenciar. No fim, sobrará para a sociedade que ficará entregue, sem rumo e sem o seu maior defensor, e, por consequência, sem a própria Justiça. Pensemos no que está por trás disso tudo. A tática é destruir ou enfraquecer quem fiscaliza os atos da administração, exigindo, em nome da sociedade, correção, honestidade, legalidade, transparência, publicidade, igualdade, como, também, quem pune, quando há desvios nesses atos. Por que? Para que? Quem pode e deve ganhar com o enfraquecimento dessas Instituições, especialmente o *Ministério Público*? Certamente não serão homens sérios, probos, honestos, porque estes nada terão a esconder ou temer. Muito pelo contrário, encontram no defensor da sociedade, no *fiscal da lei* e na Justiça, aliados. Raciocinemos. Deus deu a todos que se dizem humanos (e não aos outros animais) este dom sublime. Afinal, somos *homens-animais ou animais-homens*?